



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

UATI/UEPG: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS SABERES PARA O EMPODERAMENTO DO IDOSO

Rita de Cássia da Silva Oliveira¹
Universidade Estadual de Ponta Grossa
soliveira13@uol.com.br

Flávia da Silva Oliveira²
Faculdades União
flasoliveira@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O Brasil também tem enfrentado nas últimas décadas uma mudança no seu desenho demográfico. O nosso país é constituído por aproximadamente 20 milhões e no ano 2025, segundo projeção do IBGE (2008), a população brasileira estará composta de 34 milhões de idosos, representando 15% da população. O Brasil se encontra entre os dez países com maior número absoluto de idosos.

Dessa maneira, as questões relativas ao processo de envelhecimento e da velhice, nos diferentes aspectos, tem suscitado estudos e investigações científicas para atender as necessidades e exigências dessa parcela da população.

Segundo afirma Oliveira (1999, p.134)

O rápido aumento da expectativa de vida no século XX pode ser atribuído à substituição das causas de morte, anteriormente provocadas por doenças infecciosas ou parasitárias, por doenças cardíacas e pelo câncer que, na década de 30, constituíram quase a metade das causas de óbito nas capitais brasileiras e, a partir de 40, com o advento dos antibióticos, melhorias no saneamento básico e uma melhor consciência quanto às medidas de higiene ajudaram a evitar as doenças. Com a diminuição dessas causas de óbito, aumentou a sobrevivência entre os mais jovens, baixando a mortalidade infantil, beneficiando de certa forma a mortalidade proporcional aos grupos etários mais velhos.

A longevidade é atribuída aos avanços científicos e tecnológicos, e estimula uma maior preocupação com a qualidade de vida, pautada em uma visão preventiva, ou seja, inicia-se o mais precocemente possível os cuidados com a saúde, superando assim, uma visão apenas profilática e reparadora.

¹ Pedagoga e Gerontóloga. Doutora em Educação pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora Permanente do Mestrado em Educação na UEPG. Coordenadora da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG. E-mail: soliveira13@uol.com.br

² Bacharel em Direito. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Coordenadora e Professora do Curso de Direito na Faculdade União. Professora da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG.



2

O processo desordenado de desenvolvimento determina problemas sociais graves e afeta sensivelmente a estrutura social, econômica e política do país. É nesse quadro que se situam as questões relativas à velhice no Brasil. Segundo Oliveira (1999, p.127) “É fato consumado o envelhecimento populacional do país, que sucede de maneira rápida, embora pouco se tenha feito em resposta a essa evidência, mesmo diante do alerta silencioso e impotente da própria população idosa”.

À proporção que o indivíduo envelhece existe uma modificação significativa nos papéis sociais que desempenha, carecendo até certo ponto de definição mais objetiva, de propósito e de identidade. Esses papéis precisam ser substituídos, caso contrário, o idoso torna-se alienado da sociedade e de si mesmo. Um ponto essencial para reverter essa situação é a valorização da velhice, atribuindo aos idosos novos papéis socialmente valorizados, e aqui a educação assume papel de destaque.

O idoso deve ser reconhecido com prioridade nas áreas da saúde, educação, política, economia, previdência social, cultura, lazer, comunicação, direito, enfim, uma variedade de aspectos deve ser evidenciada e mais, devem ser realizadas ações práticas pela sociedade política e civil.

A educação para o idoso deve superar os estereótipos negativos atribuídos a velhice superando preconceitos como inutilidade, incapacidade para aprender, doença, improdutividade, etc., propiciando a valorização do idoso, para que desenvolva autonomia e possa exercer novos papéis sociais, favorecendo assim, maior inserção e participação social.

A educação assume função importante para auxiliar na superação de situações de vulnerabilidade com que se defrontam os idosos, O envelhecimento conduz a uma mudança significativa nos papéis sociais, que precisam de uma re-significação tanto em nível micro, a família, como em nível macro, a sociedade.

Este artigo objetiva refletir sobre a educação ao longo da vida, em especial a educação não formal enquanto pressuposto teórico fundamental para a criação da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI) na Universidade Estadual de Ponta Grossa e uma ferramenta necessária e eficaz para o empoderamento dos idosos, nos diferentes campos, entre os quais, individual, familiar e social, possibilitando uma superação dos conflitos, estereótipos e marginalização do idoso, gerando uma mudança



3

significativa em busca de uma maior equitatividade social refletindo em um maior reconhecimento dos papéis sociais e do significado dos idosos na sociedade brasileira.

Políticas Públicas para o idoso

A esfera governamental precisa cumprir com sua função de responsabilidade social, sendo decisão do poder público proporcionar ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos provenientes de discriminações da faixa etária. Sendo a terceira idade uma realidade da população brasileira, compete também assumir esse compromisso social com essa parcela da população que contribuiu para a sua formação. Porém, não pode ser considerado um ato de assistencialismo, mas antes deve ser encarado como de solidariedade e de justiça social, além de retorno da dívida social para com a sociedade mais ampla que se utilizou da capacidade de trabalho de pessoas físicas as quais hoje são integrantes dessa faixa etária.

As políticas públicas específicas para o idoso situam-se como um alerta e acusam a insensibilidade do país com relação a esse segmento etário. Ao mesmo tempo em que a ciência desenvolve instrumentos capazes de prolongar a vida do homem, oferecendo recursos tecnológicos, de proteção e segurança, a sociedade desestimula a participação da população idosa nos processos socioeconômicos e culturais de produção, decisão e integração social.

O Brasil, preocupado com o crescimento da população idosa, considerando aqui idoso acima de 60 anos, elaborou a Política Nacional do Idoso, Lei 8842/94. Uma lei de grande relevância para a sociedade, porém, que não alcançou a repercussão esperada e muito pouco foi implementada. As discussões em redor do assunto cada vez mais se evidenciam e a sociedade política colocou o idoso na pauta das políticas públicas.

A luta em prol do idoso continuou e foi aprovada em 2003 a Lei 10.741/03 - Estatuto do Idoso, que veio resgatar, os princípios constitucionais que garantem aos cidadãos idosos direitos que preservem a dignidade da pessoa humana, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor e idade.

Essa Lei mobilizou muitas discussões em diferentes segmentos da sociedade, levantando a bandeira da discriminação e da marginalização da qual o idoso, em diferentes situações, estava sendo vítima. O Estatuto surgiu de inúmeras pressões da sociedade brasileira, com influência do documento Política para a 3ª Idade nos anos



4

1990, produzida pela Associação Nacional de Gerontologia (ANG) que contempla um rol de recomendações para essa faixa etária bem como a Lei 8.842/94 a qual estabelece a Política Nacional do Idoso.

O Estatuto do Idoso, nos seus 118 artigos, veio resgatar os princípios constitucionais que garantem aos cidadãos os direitos que preservem a dignidade da pessoa humana, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor e idade conforme o artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil.

A maior preocupação reside na implementação e operacionalização, pelo governo e pela sociedade civil, de ações que minimizem a situação do idoso evitando um agravamento do panorama hoje pouco otimista.

Educação ao longo da vida: fundamento teórico para a UATI

A educação tem um papel político fundamental, (...) ela deve desempenhar um papel eminentemente democrático, ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências. (GADOTTI, 1984, p.157).

O resgate da dignidade e da cidadania do idoso, possibilitando uma qualidade de vida só será possível pela ação conjunta da sociedade civil à medida que se conscientize dessa demanda social, aliada a sociedade política que efetivamente estabeleça políticas públicas em prol dessa faixa etária, de uma educação gerontológica baseada nos valores de respeito, solidariedade ao ser humano e também, o próprio idoso deve reivindicar o seu reconhecimento no cenário social.

A reativação social dos idosos reflete e interfere significativamente no processo de envelhecimento saudável, na medida em que a participação e integração social apresentam-se como uma situação oposta de marginalização.

A educação supera atualmente a ideia de reprodução e de transmissão da herança acumulada pela humanidade porque assume um caráter de transformação instrumentalizando os indivíduos com conhecimento técnico e científico, habilitando-os a atuarem nas diferentes áreas, superando o papel reducionista de mera transmissão de conhecimentos. A educação reflete a sociedade e exerce um papel político importante ao conscientizar a população, a medida em que possibilita o desenvolvimento do espírito crítico, a criatividade e a troca de experiências.



5

Segundo Piconez (2002), a educação instrumentaliza crítica e criativamente, tendo em vista a inovação da realidade. Desta maneira, observa-se o quanto o processo educativo permite um estágio de mudanças, independente da idade.

Assim, para possibilitar uma visão diferenciada acerca do idoso e da velhice, a educação surge como oportunidade de ação, tanto para a sociedade conhecer e aprender a respeitar o idoso, como para o idoso ter novas condições de abrir-se para o mundo, conhecendo seus direitos e vivenciando novas experiências.

A educação enquanto prática social permite que o homem constantemente aprenda, tornando-se possível pensar numa transformação cultural e na própria sociedade. Para Pinto (1989, p. 39), “a educação não é uma conquista do indivíduo”, mas sim “uma função da sociedade e como tal dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade há educação: logo, esta é permanente”.

Então, percebe-se a necessidade de uma ação educacional voltada para terceira idade, num caráter de educação permanente. Nota-se que quando a educação torna-se permanente na vida dos idosos, é possível encontrar um novo sentido em viver, mesmo quando já se encontram desacreditados pela própria sociedade.

Neste sentido, a educação permanente é considerada atualmente como “um processo que não se conclui nunca, estendendo-se por toda a vida dos sujeitos. Significa dar oportunidade de aprendizagens contínuas, objetivando a atualização do ser humano, atendendo suas necessidades de interação e aprimoramento do saber” (TEODORO, 2006, p. 43).

A educação permanente se apresenta como a necessidade de ampliar a participação dos indivíduos na vida social e cultural, visando a melhoria nas relações interpessoais, qualidade de vida, compreendendo o mundo e tendo esperança de futuro. Pela educação permanente assume-se uma nova concepção de vida humana, cujo princípio central é só aprender, mas principalmente viver para aprender, interagindo com quem está ao seu redor (OLIVEIRA, 2007, p. 282).

Dentro desta perspectiva de educação permanente e a universidade sendo um lugar por excelência de busca de conhecimentos, aprimoramento, pesquisa e democratização do saber, representa, mesmo que ainda timidamente, um espaço educacional para o idoso.

As universidades ampliam sua função social, “buscando integrar aqueles que se encontram à margem do processo de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1999, p. 240).



6

Desta maneira, as universidades, por meio de programas ou projetos extensionistas, interagem com a população idosa, visando promover a inserção destes sujeitos num espaço educacional, como também a interação social, além da conscientização da sociedade em relação à velhice, ao processo de envelhecimento e a realidade sócio-demográfica do idoso no país. Para tanto,

[...] a educação possui um papel ímpar nas mudanças sociais e deve representar o impulsionar de novos saberes, elaborados a partir das necessidades sociais latentes tanto no âmbito do ensino formal, quando nos referimos à iniciativas como Universidade Abertas à Terceira Idade, como no âmbito da educação entendida enquanto processo de desenvolvimento permanente e inerentemente humano (CEOLIN, 2000, p. 118).

A partir do momento em que o idoso começa a se inserir na comunidade universitária, a interação intergeracional acontece, fomentando debates acerca das questões relativas ao idoso, como os preconceitos e discriminações socialmente e culturalmente sustentados, mas que não possuem nenhuma fundamentação científica.

O próprio idoso, ao se conscientizar que o seu papel social não é abolido com o envelhecimento, se torna capaz de perceber que possui um espaço na sociedade, sendo produtivo, útil e capaz de realizar inúmeras atividades.

Superando clichês conhecidos na área da educação, mas que muitas vezes ilustram apenas os discursos de diferentes profissionais e apresentam-se incompatíveis com a realidade, entre eles, “o aluno deve ser considerado como um todo, é um ser holístico...” , o processo educativo deve ser refletido a luz dos pilares da educação preconizados pela Unesco: aprender a ser (a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade; desenvolver a autonomia, o discernimento e a responsabilidade; aprender a fazer (a educação deve contribuir para que a pessoa adquira competências para uma melhor qualificação profissional, experimentando uma diversidade de atividades, alternando o ensino e o trabalho, teoria e prática), aprender a conhecer (combinando com uma cultural geral ampla e aprender a aprender para saber aproveitar as oportunidades que a vida pessoal e profissional lhe apresentar); aprender a conviver (desenvolver a compreensão do outro, a percepção e sensibilidade da interdependência entre as pessoas na sociedade em que vivemos) (DELORS, 2001).



7

Então, percebe-se a necessidade de uma ação educacional voltada para o idoso, num caráter de educação permanente. Nota-se que quando a educação torna-se permanente na vida da pessoa, independente da idade, é possível encontrar um novo sentido em viver, mesmo quando já se encontram desacreditados pela própria sociedade.

Mosquera (1975, p. 141) conclui que “educação permanente é universal no seu caráter e essencial à completa democratização da aprendizagem, caracterizada pela sua flexibilidade e diversidade em conteúdos, apreendendo elementos, técnicas e finalidades abertas ao tempo e ao espaço”.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), há mais de 20 anos estuda o envelhecimento e a velhice enquanto etapa da vida e, de maneira inovadora criou a Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI), em 1992, buscando um espaço pedagógico para os idosos, numa instituição predominantemente de jovens.

A UATI fundamenta-se na concepção de educação permanente e auto-realização do idoso. Estrutura-se com abordagem multidisciplinar, priorizando o processo de valorização humana e social da terceira idade, analisando constantemente a problemática do idoso nos diversos aspectos: biopsicológicos, político, espiritual, religioso e sociocultural. Preocupa-se em proporcionar ao idoso uma melhor qualidade de vida, tornando-o mais ativo, alegre, participativo e integrado à sociedade.

***Empowerment* : uma possibilidade para o idoso através da educação**

A visão pejorativa que se atribuía a velhice e ao idoso, aos poucos está sendo modificada. A estreita relação desta fase da vida com doenças, com a solidão, incapacidades de diferentes tipos (física, mental, laboral), isolamento, saúde precária, enfim, uma visão extremamente cruel e reducionista que está sendo superada.

Esta nova visão do idoso pode ser atribuída ao significativo número de idosos e também ao fenômeno da longevidade que é facilmente evidenciado na sociedade brasileira.

O termo *Empowerment*, traduzido como empoderamento, assume a conotação de aumento de poder e como decorrência também maior autonomia no aspecto pessoal e no coletivo. Em especial este termo é utilizado quando se verifica um grupo que sofre



8

discriminações, é estereotipado negativamente, sofre diferentes situações de opressão e violência, o que requer uma mudança e superação deste panorama de hostilidade.

Segundo Pinheiro e Miranda (2010, p.10).

O termo *Empowerment* também possui raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da ação social, presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, por volta da segunda metade do século XX. Na década de 1970 foi influenciado por movimentos de autoajuda e movimentos a favor do direito a cidadania em diferentes esferas da vida social, entre os quais a educação em saúde e o ambiente físico, e hoje tem representado um elemento central das políticas sociais e do serviço social na Europa e nos principais países anglo-saxônicos.

O poder pode ser entendido como um processo de conscientização, no qual o indivíduo interage com o seu contexto social, conhece a si e ao mundo, transformando a si ao mesmo tempo em que é transformado pelo mundo. Esta maior criticidade e visão do mundo possibilita uma maior capacidade de intervenção e controle das situações. O idoso encontra-se entre os grupos que são marginalizados e oprimidos caracterizados pelo que Freire (2005) chama de cultura do silêncio. Nesse sentido ocorre a transformação social entre os que detém ou não o poder e resulta em uma distribuição com maior equitatividade.

Segundo Oliveira et al (2010, p. 5),

Podem-se distinguir quatro formas básicas de poder: cultural, social, político e econômico. Estas diferentes roupagens assumidas pelo poder não se excluem, ao contrário, se complementam e beneficiam no seu conjunto o progresso do indivíduo, da família ou do grupo. Compete a cada um dos grupos sociais promover o seu próprio desenvolvimento, entendendo que desenvolvimento é a distribuição mais equilibrada do poder entre os indivíduos na sociedade.

Quando se considera que hoje se vive a era do empoderamento, implica que outros grupos que se encontram à margem do poder, necessitam de apoio para empoderar-se, logo todo grupo possui poder variando conforme o contexto em que está inserido, entretanto possibilita o aumento do poder dos grupos mais desprovidos. Certamente o empoderamento dos idosos levará a consequências sobre o poder exercido pelos demais grupos.

A medida que os idosos se revestirem de poder, irão desempenhar um papel mais ativo, desenvolvendo suas habilidades e assumindo a postura de protagonistas legítimos do próprio desenvolvimento (OAKLEY; CLAYTON, 2003).



9

Ser velho na sociedade brasileira é ruim, porque esta fase da vida se reveste de menosprezo, preconceitos e estereótipos negativos, gerando uma vitimização deste segmento etário.

Entretanto, os idosos se organizam e se mobilizam para buscar um maior espaço, participação e reconhecimento social, apresentando-se como um desafio ou até mesmo, por muitos considerados como uma ameaça às estruturas sociais estabelecidas.

Segundo Carvalho e Gastaldo (2008) existem duas abordagens do empoderamento, a saber: enfoque psicológico e o enfoque comunitário ou social.

O enfoque psicológico aborda mais o aspecto individual de transformação e de autonomia, considerando desta maneira as questões de autoestima, maior participação nos grupos em que o idoso faz parte, família, grupos de convivência, igreja, clubes sociais, ampliando a participação individual através de um maior controle sobre a própria vida.

O empoderamento transforma cada indivíduo em protagonista da história, que intervém, participa, influencia e transforma o meio em que vivem.

Mas, há de se considerar que o empoderamento psicológico exerce grande influência sobre o empoderamento coletivo, comunitário ou social.

Pode-se considerar que o empoderamento individual auxilia as pessoas a conquistarem sua própria autonomia, controle sobre sua vida, exercício da cidadania pelo desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências individuais, mas que influencia no coletivo, propiciando uma maior articulação de seus pares, em diferentes situações, articulando e mobilizando a comunidade em busca do empoderamento coletivo. O desenvolvimento das competências e habilidades individuais, supõe em nível macro, pela participação, o desenvolvimento social.

Evidencia-se desta forma, o caráter sistêmico do processo de empoderamento. Aqui se pode considerar a educação enquanto prática social a medida que for comprometida com a inserção social, resgate da cidadania, da autonomia, pela valorização e elevação da autoestima e de maior reconhecimento social, considerando aqui a especificidade do segmento idoso.

Paulo Freire defendia a ideia de empoderamento dos indivíduos através do processo de conscientização política e cidadã, da educação dialógica, do conhecimento



10

do mundo em que cada um se insere e através da crítica e do reconhecimento deste contexto, cada um possa se inserir e atuar para o desenvolvimento de si e do mundo. A educação deve ser vista como prática libertadora, superando a visão tradicional de educação, na qual o aluno é apenas receptor de informações e conhecimentos, sem intervir, fortalecendo uma relação vertical em que o professor exerce o poder sobre os alunos, a educação bancária citada por Freire. Cabe lembrar que segundo o referido autor, ninguém ensina ninguém, porque o processo de aprender é recíproco, logo enquanto ensino, também aprendo e vice-versa (FREIRE, 1996, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança na pirâmide etária, com o aumento significativo do contingente de idosos, não se trata apenas de uma preocupação da sociedade política, mas também da sociedade civil que precisa se conscientizar do envelhecimento da população brasileira e trazer o idoso para o cenário nacional, atribuindo a esse segmento etário maior espaço e reconhecimento social. Os idosos constituem um segmento da população que precisa de atenção, investimento e espaço para uma vida de boa qualidade. É necessário que possibilitem a continuidade e organização em torno de seus interesses básicos.

A preocupação reside na implementação e operacionalização, pelo governo e pela sociedade civil, de políticas públicas e ações que minimizem a situação do idoso evitando um agravamento do panorama hoje pouco otimista.

Denota-se então que existe a necessidade de criação de ambientes específicos para a integração e participação social dos idosos nas suas comunidades. Há o aumento da visibilidade deste grupo, que enquanto segmento social luta por seus direitos elementares; pela cidadania individual e coletiva; contra exclusão social e preconceitos (BORGES, 2003).

A universidade diante desse crescimento significativo do contingente de idosos abre espaço e acolhe os idosos em diferentes projetos, cursos e programas educativos, reforçando suas funções de pesquisa e extensão.

As universidades abertas para a terceira idade cada vez mais se ampliam na sociedade brasileira, mas ainda é superficial a preocupação e real o interesse do poder político para o problema da velhice que por muitos é apenas ressaltado em campanhas



11

eleitoreiras sendo desconsiderado ou esquecido nas políticas públicas e em intervenções práticas presentes em planos de governos.

Em especial a UATI/UEPG apresenta benefícios incontestáveis aos idosos que a freqüentam, tem contribuído para o resgate da cidadania do idoso, oportunizando aqueles que a freqüentam diferentes atividades e possibilidades de melhoria na qualidade de vida, empoderamento, exercício da cidadania e autonomia para se inserir ativamente na sociedade.

Pensar na educação para idosos é pensar em instrumentos para a melhoria na qualidade de vida desse segmento etário.

O empoderamento psicológico e individual possibilitará uma maior articulação, participação, engajamento político e social, não só individual, mas também coletivo para transformar a realidade, que por inúmeras vezes se apresenta hostil ao idoso.

Muitas são as iniciativas para fortalecer o espaço social e a participação do idoso na sociedade brasileira, mas a educação apresenta-se como forte estratégia de intervenção e de abertura para a conquista deste empoderamento individual e coletivo.

“Os idosos vêm, desde as três últimas décadas do século passado, transformando-se, a cada dia, em produtivos cidadãos, atraentes consumidores e influentes leitores” (MACIEL, 2009, p.241). Hoje emerge no Brasil um outro perfil de idoso, mais ativo, participativo, valorizado, conhecedor de seus direitos e deveres como cidadão, contribuindo para o desenho de um novo paradigma de velhice do século XXI.

REFERÊNCIAS

BORGES, M. C. M. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. *In*: VON SIMSON, O. R. M; NERI, A. L; CACHIONI, M. (org.) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003. p. 79-104.

BRASIL. **Lei nº 8842 de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, 1994.

_____. **Lei nº 10741 de 3 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.



12

CARVALHO, S. R., GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social e pós-estruturalista. **Revista e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 2008.

CEOLIN, C. E. G. Universidade e idoso: mudanças de perspectivas através do contexto educacional. **Caderno Adultos**, Santa Maria, n 4, p. 109-118, 2000.

World Health Organization (WHO). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

DELORS, J. et al. **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez/Unesco, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. **Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Rio de Janeiro, 2008.

MACIEL, D. M. Construindo e reconstruindo velhices. In: PARK, M. GROppo, L.A. **Educação e velhice**. São Paulo: Setembro, 2009.

MOSQUERA, J. **Vida adulta**: personalidade e desenvolvimento. Porto Alegre: Sulina, 1975.

OAKLEY, P; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento**. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Campinas: Papirus, 1999.

_____. O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

OLIVEIRA, F. S, OLIVEIRA, R. C. S. As pessoas idosas no Brasil: contexto demográfico, político e social. In: Osório, A. R., Pinto, F. C. **As pessoas idosas**: contexto social e intervenção educativa. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

13

OLIVEIRA, R. C. S. et al. *Pedagogia Social: possibilidade de empoderamento para o idoso.* In: **III Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 3., 2010, São Paulo. Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES).

PICONEZ, S. **Educação escolar de jovens e adultos.** São Paulo: Paulinas, 2002.

PINHEIRO, C.; MIRANDA, M.L. Empowerment e idosos: uma reflexão sobre programas de educação física. In: **A Terceira Idade.** São Paulo, v. 21, n. 48, jul. 2010

PINTO, Á.V. **Sete lições de educação de adultos.** São Paulo: Cortez, 1989.

TEODORO, M. UNATI/UERJ: uma proposta de educação permanente para o cidadão idoso. 2006. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro, 2006.